

A moradia popular nas favelas: o regime de ordens ajustadas em um “condomínio do PAC” no Rio de Janeiro

Social housing in the favelas: the regime of adjusted orders in a ‘PAC condominium’ in Rio de Janeiro

Bruno Coutinho de Souza Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Da observação de um conflito entre moradores de um conjunto residencial recém-construído e moradores da favela vizinha localizada no bairro do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, este artigo analisa desdobramentos cotidianos decorrentes da implementação de um programa do governo federal voltado para a urbanização de favelas na localidade, no período 2008-2012. Sob a perspectiva etnográfica, em diálogo com os estudos da sociologia urbana sobre moradia popular e a vida social nas favelas, a pesquisa revelou uma tendência macroestrutural de permanente conflito prático-narrativo sobre significados do “morar na favela”. Tal disputa decorre do desejo de consolidação, ora de uma “ordem condominal” baseada em um padrão de moradia idealizado nos “condomínios fechados” de classe média, ora de uma “ordem comunitária” entendida pela permanência de práticas da/na favela que se materializam na organização e nos usos diferenciados dos espaços de uso comum no conjunto residencial. A partir das trajetórias pessoais e das narrativas de alguns moradores, observam-se ambiguidades inerentes à própria experiência dos sujeitos no cotidiano da nova moradia, fazendo com que estes transitem permanentemente entre as duas ordens, a desejada e a praticada. Por fim, o artigo aponta para a necessidade de se pensarem as consequências das políticas públicas de integração urbana, destinadas às favelas, que atuam sob padrões urbanísticos historicamente formulados “de fora para dentro” e materializados por meio de políticas governamentais fragmentadas e fortemente hierarquizadas que não atendem às reais necessidades dos moradores de favela.

Palavras-chave: Condomínio, Moradia, Favela, Ordem, Complexo do Alemão.

Recebido em 2 de março de 2025.

Avaliador A: 2 de maio de 2025.

Avaliador B: 12 de maio de 2025.

Aceito em 8 de agosto de 2025.

ABSTRACT

Based on the observation of a conflict between residents of a newly-built housing complex and residents of the neighboring favela located in the Complexo do Alemão neighborhood in Rio de Janeiro, this article analyzes daily developments resulting from the implementation of a federal government program aimed at the urbanization of favelas in the area, in the period 2008-2012. From an ethnographic perspective in dialogue with urban sociology studies on popular housing and social life in the favelas, the research revealed a macro-structural trend of permanent practical-narrative conflict over the meanings of “living in the favela”. This dispute stems from the desire to consolidate either a “condominium order” based on an idealized housing pattern in middle-class “gated communities”, or a “community order” understood as the permanence of practices from/in the favela that materialize in the organization and different uses of common spaces in the residential complex. Based on the personal trajectories and narratives of some of the residents, there are ambiguities inherent in the subjects’ own experience in the day-to-day life of their new home, causing them to permanently move between the two orders, the desired one and the actual one. Finally, the article points to the need to think about the consequences of public policies for urban integration aimed at favelas, which operate under urban standards that have historically been formulated “from the outside in” and materialized through fragmented and strongly hierarchical government policies that do not meet the real needs of favela residents.

Keywords: Condominium, Housing, Favela, Order, Complexo do Alemão.

INTRODUÇÃO

Em uma manhã chuvosa de trabalho no bairro do Complexo do Alemão, observei um conflito entre vizinhos que me despertaria para uma série de questões relacionadas ao programa de urbanização e habitação popular denominado “PAC-Favelas”. Entre 2008 e 2011, o programa havia realizado obras de infraestrutura e alterado significativamente as rotinas dos moradores daquele extenso e heterogêneo bairro do subúrbio do Rio de Janeiro. Eu havia trabalhado como gestor de território do PAC-Favelas e nos últimos meses realizava o acompanhamento assistencial das famílias realocadas para os novos “condomínios do PAC”.

No começo da ocupação de um desses conjuntos residenciais — o Relicário¹ (local que defini como campo de pesquisa para a minha pesquisa de doutorado) —, moradores

¹ Nome fictício.

contemplados com as chaves dos novos apartamentos passaram a marcar uma forte distinção entre eles e os “de fora”. Na cena do conflito que observei, a disputa era pela manutenção ou o fechamento de uma passagem que ligava o “condomínio do PAC” à favela vizinha: os “de dentro” queriam fechar a passagem para os “favelados” não passarem por dentro; os “de fora” reivindicavam a passagem, pois para eles “todos eram iguais, era tudo Complexo do Alemão”.

Muitos desses moradores “de dentro” — os que naquele momento passavam a residir em uma estrutura predial — assumiram e reproduziram a fala governamental difundida sobre os “condomínios de classe média”. Morar em um “condomínio” tornou-se a representação de ascensão econômica e reconhecimento da cidadania, contribuindo por outro lado para a aceitação e a consolidação das políticas de habitação popular na região. Esse discurso foi reproduzido ao longo do tempo nos espaços de atendimento à população no programa governamental². Técnicos, gestores, engenheiros, todos referiam-se aos conjuntos residenciais do PAC como “condomínios”, ou seja, reiteravam aspectos físicos e simbólicos que remetiam a uma outra maneira de morar em oposição à representação historicamente negativa da vida na favela (Zaluar; Alvito, 2006). Traziam no bojo o histórico discurso da necessidade de remoção de casas nos altos dos morros (Valladares, 1978; 1981) para uma nova vida em conjuntos habitacionais, agora chamados de “condomínios populares” (Conceição, 2016). Ao todo, em todo o período de implementação do programa federal (entre 2008 e 2012), foram erguidos nove conjuntos residenciais, totalizando cerca de 1750 novas unidades de habitação popular no bairro.

Com o passar do tempo, essa representação baseada na possibilidade de uma “nova vida”, um “novo tempo”, o “recomeço”, a “realização de um sonho”, entre outras expressões que denotavam as expectativas de melhoria nas condições de vida, se esvaiu. O crescimento da sensação de violência no território, a descontinuidade das políticas de urbanização, a deterioração das estruturas físicas do conjunto residencial e, principalmente, a permanência de grupos armados locais no ordenamento do Relicário, com jovens armados circulando pelo interior do “condomínio” em uma performance beligerante, geraram grande desilusão. Ao mesmo tempo, mesmo entre os mais críticos, sete anos após a inauguração do Relicário, a “conquista do sonho” da casa própria e certo distanciamento físico da favela (que gerava uma sensação parcial de segurança) permaneceu em algumas falas como algo positivo. Morar nos “predinhos” também remetia a uma ideia de estabilidade da moradia.

Para problematizar e aprofundar, teórica e empiricamente, essas primeiras percepções

2 Discurso do então presidente Lula na inauguração de um dos conjuntos residenciais construído com os recursos do PAC/MCMV. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semestre/25-10-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-entrega-de-unidades-do-programa-minha-casa-minha-vida-para-familias-atingidas-pelas/view>. Acesso em: 29 jan. 2014.

sobre esse campo de possibilidades interpretativas, utilizei-me dessa experiência como campo etnográfico para a pesquisa de doutorado que realizei entre os anos de 2013 e 2018. A ideia era entender como esses moradores estabeleceram suas novas ordens do morar, por meio das suas próprias representações sociais sobre o espaço vivido. Essa pesquisa tornou-se um desdobramento da primeira entrada no Complexo do Alemão em 2010 para o estudo sobre a participação popular na implementação do PAC-Favelas (Oliveira, 2011). Na primeira entrada, o trabalho orientava-se numa perspectiva avaliativa da política pública. No doutorado, busquei me desconstruir do que significava a “boa moradia”.

Nesse sentido, não haveria “a verdade” a ser encontrada, mas uma certa realidade socialmente construída, como já indicaram Berger e Luckmann (1985). Metodologicamente, sob a perspectiva de uma “etnografia narrativa” (Clifford, 2002a; 2022b; Geertz, 1989) e multissituada (Marcus, 1991, 1995) — na qual as experiências locais dialogam com processos e dinâmicas do capital globalizado — a pesquisa buscou compreender as ordens internas daquele novo espaço de moradia, por meio da observação participante de “entrevistas comprehensivas” (Kaufmann, 1996) e, principalmente, das conversas e encontros casuais que possibilitaram estabelecer os vínculos necessários para as relações de confiança entre pesquisador e pesquisados.

Desse modo, considerando diferentes possibilidades de escutas, pude entrar e permanecer para apreender as práticas cotidianas de moradores e não moradores do Relicário: as dinâmicas de diferentes grupos em torno do ordenamento interno do Relicário; as disputas e os tipos de usos dos espaços no interior do terreno; as narrativas a respeito das expectativas e frustrações sobre a vida naquele conjunto de blocos de apartamentos. Todo esse quadro normativo e operativo da moradia daquele “Condomínio do PAC” mostrou que a ideia de “bagunça” (valor atribuído pelos moradores ao ordenamento da favela) e as regras do “condomínio” (a ordem burocrática e impessoal da gestão do morar associado às classes médias) tornaram-se perspectivas morais operacionalizadas discursivamente de forma ambígua no cotidiano da vida praticada. Ao longo do tempo, configurou-se entre os atores locais uma forma de morar baseada em um permanente processo de *ajustamento de ordens*, tornando as rotinas entre a forma de organização condominial e o modo de vida da favela ordenamentos sobrepostos e negociados.

Para iniciar a discussão, apresento brevemente o bairro do Complexo do Alemão (local onde se encontra o “condomínio do PAC”), sua representação social na cidade do Rio de Janeiro e os princípios que orientaram a implementação do programa de urbanização voltado para as favelas da localidade. Em seguida, desenvolvo a reflexão sobre as práticas cotidianas dos moradores, utilizando-me dos dados qualitativos gerados na pesquisa de doutorado. Esse texto apresenta breves narrativas que expõem as interpretações dos moradores sobre a vida dentro do Relicário, bem como as formas de organização interna e as práticas que recriam as rotinas da moradia popular na favela. Por meio dessas narrativas, pode-se perceber que as

expectativas se constroem de maneira ambígua e o ajustamento de ordens díspares compõe o processo de adaptação à nova condição de vida. A “bagunça” e o “condomínio” estão cada vez mais sobrepostos como moralidades complementares do viver dos moradores de favela na cidade.

“O COMPLEXO DO ALEMÃO VAI MUDAR!”: O PAC-FAVELAS

Atualmente, circundando os bairros suburbanos da Penha, Olaria, Ramos, Bonsucesso e Inhaúma, o bairro do Complexo do Alemão é formado por dezenas de favelas³. Seu tecido urbano é formado por uma diversidade de órgãos e de equipamentos públicos (escolas, creches, postos de saúde), de instituições privadas e de caráter comunitários (como organizações não governamentais, institutos de pesquisa, associações de moradores), e de comércio variado — supermercados, bancos, lojas diversas — em uma densa composição urbana. A região hoje é considerada uma das mais povoadas do município, com mais de 100 mil habitantes⁴ com características demográficas, econômicas, sociais e culturais atuais que nos remetem a uma típica cidade brasileira de médio porte⁵.

As origens históricas que retratam a emergência da moradia popular no Complexo do Alemão, localizado no Subúrbio da Leopoldina⁶, datam do final do século XIX⁷. Com a virada do século, as ocupações na região ocorreram sob forte influência das sucessivas reformas urbanas

3 Atualmente, a definição de quantas favelas e áreas internas compõem o Complexo do Alemão varia de acordo com a fonte pesquisada. Representações locais nomeiam 31 “lugares” (Grotá; Areal; Sabino; Chuveirinho; Cava; Canitar; Te Conte; São José; Mineiros; Pedra do Sapo; Central; Alemão; Relicário; Matinha; Coqueiro; Rua 2; Alvorada; Sem saída; Praça do samba; Largo da Vivi; Praça do Cruzeiro; Fazendinha; Zona do Medo; Casinhas; Nova Brasília; Loteamento; Aterro; Reservatório de Ramos; Morrão; Inferno Verde; Área 5).

4 O número total de habitantes do Complexo do Alemão é controverso. O Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizou 60.583 pessoas distribuídas em 18.442 domicílios. Algumas instituições locais afirmam que há cerca de 200.000 pessoas morando na localidade. Em 2008, o Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (EGP-Rio) realizou o Censo das Favelas indicando 90 mil habitantes distribuídos em 28.000 domicílios somente para a área objeto da intervenção do PAC. Porém, tal área não é totalmente coincidente com o território do bairro Complexo do Alemão. Sobre os dados do EGP-Rio estes estão em: <http://www.emop.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Apresentacao-Censo.pdf>.

5 Segundo o IBGE, as cidades de médio porte têm entre 100 001 e 500 000 habitantes.

6 Essa região da Zona Norte do Rio de Janeiro passa a ser conhecida como “subúrbio da Leopoldina” com a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina em 1858, com trechos que passavam por dentro da malha urbana no seu trajeto de escoamento da produção de café e interligação com estado de Minas Gerais (El-Kareh, 2010).

7 Miyasaka (2011) afirma que freguesia rural de São Thiago de Inhaúma, criada em 1743, hoje o bairro limítrofe do Complexo do Alemão e chamado somente de Inhaúma, em 1890, já possuía uma população de 17.448 habitantes. Em 1906, já passava de 67.478 residentes (Miyasaka, 2011, p. 15).

no centro da cidade que marcaram o início do século XX, amplamente debatido em trabalhos de Lícia Valladares (2005), Alba Zaluar (2006), Marcelo Burgos (2006), Rafael Gonçalves (2009; 2013) entre outros pesquisadores⁸, e pelo intenso processo de urbanização e industrialização dos subúrbios, que se desenvolveu por toda a primeira metade desse mesmo século.

A primeira fase de ocupação do Complexo do Alemão, bem como dos subúrbios cariocas, anteriormente caracterizados pelo ar bucólico das grandes fazendas e chácaras, pode ser entendida, em grande medida, como o resultado de um conjunto de fatores sociais, econômicos e ideológicos ligados ao processo de modernização e industrialização do Brasil (Abreu, 1987; Fernandes, 2011; Silva, 2010). Com o crescimento exponencial das construções informais resultante da lógica espoliativa e mercantil de formação das cidades (Kowarick, 1979, 2000), as sucessivas crises econômicas a partir dos anos de 1970 e a crescente militarização no conflito entre operadores do comércio varejista de drogas e policiais, que marcaram fortemente o cotidiano do Complexo do Alemão no início dos anos 1990, a região passou a ser lida quase que, exclusivamente, como lugar do crime e da violência. A representação simbólica de todo o Complexo do Alemão foi impregnada nos/pelos meios de comunicação com os sentidos do chamado “mundo do crime”.

Em grande medida, parte dessa leitura esteve associada aos desdobramentos dessa conjuntura visível. O conjunto de ruínas e espaços vazios que as fábricas fechadas se tornaram, as explosões demográficas de décadas de desenvolvimento industrial e urbanização, os altos índices de desemprego, de analfabetismo e doenças na região, entre outros indicadores, passaram a ser o material substantivo para a reiteração de estigmas e preconceitos. Na trajetória secular interpretativa sobre os espaços das favelas na cidade do Rio de Janeiro, aquele antigo bairro outrora visto como o *habitat* do novo proletariado (Lefebvre, 2008, 2006;, 1999) passou a ser construído no imaginário social e veiculado, sistematicamente, na imprensa como o lugar da criminalidade, da pobreza, da falta e da negação de vida.

Assim, sob a leitura da precariedade e da violência, o governo federal, em abril de 2008, com o apoio dos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro, anuncia o “PAC-Favelas”. Essa modalidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltada para as áreas com baixos índices de desenvolvimento humano, foi implementada em quatro conjuntos de favelas⁹. Sua proposta, elaborada pelo Ministério das Cidades e gestores da Caixa Econômica

8 Há consolidado um conjunto de obras sobre as causas complementares que originaram a ocupação dos morros do centro e da zona sul do Rio de Janeiro. Além das medidas do governo municipal e federal voltadas para a demolição dos cortiços com fins à higienização do centro da cidade, há também como mito de formação das favelas o retorno de soldados de seus fronts de batalha (como o “mito” da Guerra de Canudos [1896-1897] e a ocupação do Morro da Favella, e a Guerra do Paraguai [1865-1870]) já amplamente difundido pelos trabalhos de Lícia Valladares (2005), Alba Zaluar (2006), Burgos (2006), Gonçalves (2013) entre outros pesquisadores.

9 Além do Complexo do Alemão, o governo do estado gerenciou o PAC em mais quatro territórios no município

Federal, tinha como objetivo “integrar” as favelas ao conjunto da cidade por meio de obras de infraestrutura e projetos sociais.

Desde o início de sua implementação, o PAC-Favelas prometera transformar a vida dessas pessoas por meio de um conjunto de projetos e ações que possibilitariam o desenvolvimento econômico e social do bairro, bem como o acesso aos variados equipamentos e serviços públicos disponibilizados pelo programa, incluindo, nesse pacote urbanístico, o recebimento de novas residências formalizadas e regularizadas. Todo esse aparato de técnicas urbanísticas, permeado pelo valor da “participação popular”, ficou conhecido como “urbanismo social”. Esse modelo tinha como proposta o desenvolvimento socioterritorial de espaços segregados da cidade associado à ideia de “inclusão social participativa” de moradores e “regularização da situação fundiária” das moradias.¹⁰

No mesmo período, ocorreu no Complexo do Alemão uma ocupação militar pelas forças armadas e o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE), cujo objetivo era a “retomada de território” do domínio dos grupos armados. O projeto de segurança pública com vistas à ocupação e à permanência de policiais militares nas favelas do Complexo do Alemão pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) colocava-se como a possibilidade de se estabelecer outro tipo de relação entre os moradores das favelas e policiais. Cavalcanti (2013) afirma que o PAC-Favelas e a UPP foram dispostos a “reconquistar” não só os territórios, mas corações e mentes de quem espera há décadas algum tipo de transformação em suas vidas, o que ela chamou de “PACficação”.

Com todos esses movimentos, o “novo começo para moradores do Complexo do Alemão” foi um mantra repetido como promessa messiânica, reiterado sistematicamente em discursos governamentais, nos encontros pessoais, nas falas dos técnicos, nos eventos de inauguração de equipamentos públicos (colégio, creches, unidades de atendimento de saúde) construídos no bairro. Um sistema de transporte suspenso, o “teleférico do Alemão”, com dimensões faraônicas nos topo dos quatro morros do bairro, revelava a força operativa e o poder político-financeiro daquele conjunto de obras para uma população que se sentia esquecida e abandonada. A relação entre representantes governamentais e a população local consolidou o programa discursivamente

do Rio de Janeiro: Pavão-Pavãozinho, Preventório, Complexo de Manguinhos e Rocinha. Há uma série de estudos sobre os impactos das políticas do PAC nessas localidades, com destaque para a tese de doutorado de Cláudia Trindade (2012) intitulada *Não se faz omelete sem quebrar os ovos: política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro*.

10 A antropóloga colombiana Suly Roldán Quinchía (2011) sugere que o conceito “urbanismo social” começa a circular como prática discursiva no período do governo do Prefeito de Medellín Sergio Fajardo (2004-2007), para se referir a um conjunto de ações que vão desde intervenções físicas no espaço a ações de desenvolvimento social. Em sua pesquisa sobre as práticas de urbanização de favelas dessa cidade colombiana, a autora chama a atenção para rápida difusão que os ideários do urbanismo social adquiriram, dando força institucional às ações implementadas pela prefeitura.

como o meio para a inclusão social da favela à cidade formal. A perspectiva subjetiva da “nova vida” foi colocada como saída para os tempos de dificuldade na favela, gerando a esperança de reconhecimento social em seu caráter ético — certa busca por reconstrução identitária — aliado ao ideal moral de “justiça”, como o direito à moradia garantido via política de redistribuição dos bens materiais (Fraser, 2007).

Com a mudança das pessoas para os novos conjuntos residenciais construídos pelo PAC e a rotinização da vida dentro desses novos espaços de moradia, as leituras sobre o cotidiano passaram a mobilizar ordens de grandeza que interpretavam o antes e o depois, o antigo e o novo, o esperado e o vivido. Dentro do conjunto residencial Relicário, as críticas sobre as formas de organização interna tornaram-se constantes nas representações sobre o espaço vivido. No entanto, de acordo com as necessidades e as ordens vigentes, tornaram-se ambíguas nos discursos sobre o cotidiano.

CONDOMÍNIO DE CLASSE MÉDIA: A ORDEM DESEJADA DOS “ENCLAVES FORTIFICADOS”

Durante a pesquisa, minha leitura inicial sobre a disputa em torno da passagem do muro foi ganhando outros contornos, à medida que eu conversava com diferentes moradores e observava suas rotinas no interior do Relicário. Com o tempo, a interpretação sobre a vontade de se separar do entorno foi se revelando como algo que estava além de um “elemento purificador” (Conceição, 2016) — uma limpeza moral em relação à favela ou uma supressão do estigma do ser favelado — e de um elemento meritocrático — um entendimento centrado no esforço individual como a causa para o sucesso ou fracasso na sociedade.

Não que tais elementos não existissem nas falas dos moradores, mas esses, como mecanismos únicos de segregação (como eu havia imaginado), pareciam não se sustentar. Mesmo com as críticas ao outro lado do muro, havia também o “orgulho” de ser do Complexo do Alemão. Um grupo de homens nascidos no Complexo do Alemão que se autodenominavam “relíquias”, por exemplo, eram moradores do conjunto Relicário, mas se orgulhavam de serem “cria da favela”. Sempre referenciavam o bairro de forma positiva. Ser favelado, em muitas ocasiões, foi mobilizado por eles como identidade de luta e de resistência, diante das dificuldades da vida. As mesmas pessoas que, no momento da disputa pela passagem do muro queriam o seu fechamento, em outras ocasiões, batiam no peito e repetiam: “Aqui só tem guerreiro, é na favela que a gente aprende o que é a vida”. Desse modo, mais que um elemento de “limpeza”, o que começava a surgir nas falas dos moradores era a *necessidade de ordem*. Aqui, em seu

sentido moral e operativo.

Diferentemente dos “condomínios populares” (Conceição, 2016), formatados dentro do padrão construtivo do Programa Minha Casa, Minha Vida¹¹ (PMCMV), os “condomínios do PAC” não tinham os equipamentos necessários para consolidar uma lógica de *condomínio fechado*. A configuração do Relicário é aberta, ou seja, as vias internas são logradouros públicos e o terreno como um todo constitui-se como um espaço público. Assim, a disputa da passagem pelo muro demonstrou-se como uma primeira tentativa de materializar uma outra institucionalidade — a condominial — como mecanismo de reconfiguração das relações no cotidiano do bairro. A crítica começava a se construir em torno do tipo de rotina vivida internamente. Era o ordenamento interno do Relicário que começava a surgir como questão para os moradores, principalmente para os síndicos, as pessoas “formadas” pelo PAC-Social para gerir o espaço condominial. Uma frase emblemática de Seu Moisés, síndico do Bloco K, exemplifica bem a questão: “Aqui não tem essa de separação, aqui é tudo favelado, tudo Complexo do Alemão. O que a gente não quer aqui dentro é essa bagunça aí de fora”.

A ideia de “bagunça” surge aqui como um princípio operativo de ordenamento que remete à vida não regulada pelos padrões ideais da vida condominial. Moradores como Mateus incorporaram os valores dessa nova instituição (o “condomínio”) e acreditaram que podiam “fazer diferente” a partir daquele aprendizado. Assumiram de imediato o papel de síndico como forma de implementar a ideia de “condomínio fechado”. Alguns moradores vislumbraram a possibilidade de poder “fechar” o Relicário com grades e portões. Chegaram a sugerir a construção de uma guarita para controlar a entrada e a saída de pessoas. A forma como os blocos de apartamentos foram dispostos no terreno, lado a lado, em um espaço fisicamente delimitado, contribuiu para engendrar a perspectiva de um todo condominial.

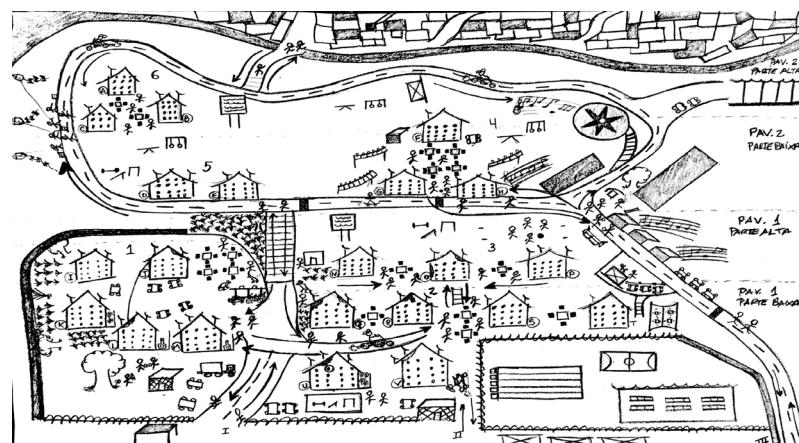
Todo esse arcabouço valorativo (“condomínio fechado”) e instrumental-legal (burocracia condominial) posto pela política de urbanização do PAC esteve ancorado nos princípios da “moradia de classe média”, próximo ao que Teresa Caldeira (2003, p. 265) definiu como “enclaves fortificados”. A autora afirma que esse tipo de moradia coletiva remete a um processo

¹¹ Lançado em 2009 pelo então presidente Lula, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) tornou-se o maior programa de acesso à casa própria já criado no país. Direcionadas à aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até R\$ 6.500,00, todas as concessões de benefícios pelo MCMV são feitas por faixa de renda: Faixa 1 – até R\$ 1.800,00 de renda familiar mensal. Possibilita até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros; Faixa 1,5 - até R\$ 2.350,00 de renda familiar mensal. Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano; Faixa 2 – até R\$ 3.600,00. Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano; e Faixa 3 – até R\$ 6.500,00, com 8,16% de juros ao ano. Todos esses estão incluídos na modalidade “Minha Casa, Minha Vida Urbano”. O programa ainda tem mais quatro modalidades: empresas, entidades, FGTS, Municípios com até 50 mil habitantes e rural. Cada modalidade atende a um público específico. Os recursos do MCMV são do orçamento do Ministério das Cidades repassados para a Caixa Econômica Federal. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcnv>. Acesso em: 06 mar. 2018.

contínuo de autossegregação, que está associado a um padrão de moradia e de estilo de vida vivenciados pelas classes média e alta. Por meio desse padrão, constrói-se um tipo de relação e convivência específicos entre os moradores dos “enclaves” e o restante da cidade. Trata-se de um padrão marcado fortemente pelos discursos da segurança privada e da individualidade/privacidade, em que tudo aquilo que está fora da circunscrição condominial é representado como perigo, desordem ou o lugar do “crime violento”. Nas palavras de Caldeira (2003, p. 211):

Um dos fenômenos mais interessantes e aquele que produziu as mudanças mais importantes na maneira de morar das classes média e alta foi a disseminação dos condomínios fechados. Esse é um tipo de empreendimento de múltiplas residências, sobretudo edifícios, invariavelmente fortificados, com entradas controladas por sistemas de segurança, normalmente ocupando um grande terreno com áreas verdes e incluindo todo tipo de instalações para uso coletivo. Na última década, eles se tornaram o tipo de residência preferido pelos ricos.

Figura 1. Conjunto Relicário



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Nas cidades, os “enclaves fortificados” de classe média alta materializam-se como uma forma de autossegregação socioespacial em relação ao outro social, cultural e economicamente distante. A autossegregação dos ricos ocorre sob o signo do medo da pobreza, do desconhecido, da diferença e do estranho a eles. Assim, o outro é entendido como perigo iminente para as suas integridades físicas e as suas garantias patrimoniais. No caso dos moradores do Conjunto Relicário, a busca era por uma moradia que proporcionasse a sensação de paz, de tranquilidade e de prosperidade econômica, elementos que, para eles, não constituem a vida dentro da favela. Logo, autossegregar-se em relação a um outro próximo, isto é, aquele que é conhecido, que convive lado a lado e que mora na mesma favela em condições socioeconômicas semelhantes,

foi entendido como a possibilidade de reordenamento do espaço e das relações de forças com novos atores sociais. Se na favela havia a ordem do “dono do morro”, no condomínio haveria a possibilidade de uma ordem legitimada pelas regras de convívio condominal.

Desse modo, além da busca por certa “limpeza moral” — que não se deve descartar —, revelava-se naquele espaço um aspecto importante na movimentação dos atores locais em torno do fechamento do “condomínio”: *a busca por segurança na moradia*. Esse elemento ontológico “segurança”, constitutivo da sociabilidade da modernidade (Giddens, 1991), configura-se como a possibilidade para se organizarem as relações sociais de maneira rotinizada em um mundo marcado por medo, fragmentação das individualidades e desencaixe das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação em extensões indefinidas no tempo-espacô (Giddens, 1991, p. 31). Em outras palavras, aqui, a representação do condomínio fechado realça a busca das pessoas por um ambiente em que as relações de confiança possam se estabelecer como princípio gerador de segurança em um ambiente de riscos, um lugar de proteção contra os perigos. No entanto, essa busca, para Giddens, é mais “uma forma de ‘fé’ na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (Giddens, 1991, p. 37), ou seja, a segurança almejada sempre implicará um cálculo dos atores com relação aos riscos e aos perigos a que qualquer um está sujeito em diferentes e relacionadas dimensões da vida social.

No caso do Relicário, a busca por segurança estava condicionada pela necessidade de sua garantia em três dimensões complementares: 1) a “segurança jurídica” da propriedade privada, almejada por pessoas que, ao longo de suas vidas, moraram em casas no morro em condições de informalidade (sem qualquer tipo de título de propriedade ou posse) ou somente com reconhecimento local (com as declarações de propriedade concedidas por associações de moradores, muitas vezes, questionadas até mesmo em disputas locais); 2) a “segurança da construção”, quando comparadas com casas que desabaram ou estavam em risco iminente de deslizarem dos morros na primeira chuva forte; e 3) a “segurança da localização”, por estarem mais distantes das áreas de confrontos e tiroteios entre policiais e operadores do mercado de drogas. Além disso, a ideia de condomínios levou as pessoas a vislumbrarem a possibilidade de instaurar um sistema de proteção contra crimes (invasão de propriedade privada, roubos, entre outras violações), que envolve um aparato composto por equipamentos e uma tecnologia que permita proteger a vida interna do mundo externo: muros, grades, guaritas, seguranças privados, câmeras etc. foram vislumbrados por muitos moradores logo que chegaram ao Relicário. Com relação a esse último ponto, há uma clara intenção, principalmente por parte dos síndicos, de se estabelecer algum grau de ruptura com uma ordem social fortemente marcada por uma “sociabilidade violenta” (Machado da Silva, 2004a, 2004b, 2008, 2016 [1976]), na qual a insegurança e as imprevisibilidades estruturaram o cotidiano.

Machado da Silva defende que a “violência urbana” se configura como uma representação social, ou seja,

uma categoria que destaca e recorta aspectos das relações que os agentes consideram relevantes, em função dos quais constroem o sentido e orientam suas ações. Desta perspectiva, possui um significado instrumental e cognitivo, na medida em que representa regularidades de fato relacionadas aos interesses dos agentes nas situações consideradas. Mas, como toda representação, a violência urbana é mais do que uma simples descrição neutra. No mesmo movimento que identifica relações de fato, aponta aos agentes modelos mais ou menos obrigatórios de conduta, contendo, portanto, um dimensão prático-normativa institucionalizada, ainda que informalmente, que não pode ser desconhecida (Machado da Silva, 2008, p. 37).

Para o autor, “violência urbana” institui-se como categoria coletivamente construída para identificar um complexo de práticas no qual a força é um princípio de coordenação, responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo. Nessa representação, os “traficantes de drogas” seriam, em última instância, aqueles que são significados como “portadores” dessa violência, “porque sua atividade, mais estável e duradoura do que as outras modalidades de crime” (Machado da Silva, 2008, p. 37) exerceria sobre a violência urbana uma força centrípeta.

Sendo essa “violência” sentida por todos na sociedade, para Machado da Silva, é na favela e nos espaços periféricos da cidade que ela existiria de maneira mais dramática. Nesses espaços, as pessoas vivenciariam, cotidianamente, uma ordem baseada quase que exclusivamente na força, não havendo qualquer possibilidade de insubordinação das pessoas. A “sociabilidade violenta” expressa “uma ordem social mais do que um conjunto de comportamentos intersticiais, isolados uns dos outros e sem continuidade no tempo” (p. 41). Essa sociabilidade “provém de um complexo orgânico de práticas e não de ações individuais” (Machado da Silva, 2008, p. 37).

Em sua dimensão prática, a expectativa de formação de um condomínio fechado no Complexo do Alemão foi subsidiada pela representação da violência urbana, tal qual colocada por Machado da Silva. Ademais, tal expectativa esteve diretamente relacionada com a força operativa dos grupos armados que controlam a venda no varejo das drogas na localidade. A forma como esses grupos estruturam suas dinâmicas de mercado e de poder no Complexo do Alemão impõe aos seus habitantes uma série de regulações que visam tanto o pleno funcionamento do negócio quanto o controle das relações entre as pessoas e suas práticas cotidianas. Demarcação de espaços livres no morro — autorizando quem pode ocupar e construir —, interferência em processos eleitorais, a definição de horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, a interlocução com atores públicos na definição de critérios para a implementação de políticas públicas, escolha de quais partidos e candidatos estão autorizados a fazer campanhas eleitorais nos morros, são todos exemplos sobre o tipo de controle exercido por essa organização.

Paralelamente, ao longo das últimas décadas, com o crescimento e o fortalecimento econômico e armamentista desses grupos armados, os espaços das favelas tornaram-se altamente militarizados. Os confrontos crescentes entre os grupos armados e policiais militares e civis acabaram por tipificar e materializar esses espaços como “territórios da violência na cidade” (Leite, 2014, p. 627). As representações das favelas como o espaço dos tiroteios, das invasões policiais, dos confrontos armados entre facções inimigas em disputas pelo controle territorial e do comércio de drogas, e como espaço das mortes violentas e precoces ampliaram o desejo dos moradores de isolar o Relicário do restante do Complexo do Alemão. Recomeçar a vida, também, significou distanciar-se da “violência urbana” da favela (Machado da Silva, 2008) e de suas consequências na vida prática cotidiana.

Assim, a tentativa de fazer deste “condomínio” do PAC um tipo de enclave popular esteve orientada pela busca por distanciamento da ordem territorial da favela. A lógica condominial apresentou-se como a possibilidade de estabelecer um outro ordenamento interno, a partir do protagonismo de novos atores e grupos sociais locais, como por exemplo, os síndicos. Mas, ao circular e ouvir os moradores no interior do Relicário, ficou evidente que tal expectativa não se concretizou. Uma série de práticas, arranjos políticos locais e necessidades que caracterizam, em parte, a vida na favela se impôs sobre o modelo condominial almejado por alguns moradores.

A INFORMALIDADE DOS SÍNDICOS: A ORDEM CONDOMINIAL POSSÍVEL

Sob a perspectiva da ordem condominial, os síndicos, ainda existentes no período da pesquisa, organizavam, minimamente, os espaços internos dos prédios, mas, de maneira informal, como “lideranças prediais”. Suas funções giravam basicamente em torno das ações de mobilização de moradores para a arrecadação de dinheiro, quando necessitavam realizar algum reparo nas estruturas internas dos prédios. Muitas vezes, assumiam os custos e “tiravam do próprio bolso”, pois nem sempre havia o interesse, o envolvimento e a participação dos outros condôminos nos problemas, que diziam respeito a um interesse de caráter mais coletivo.

Dos vinte e dois blocos, constatei que somente seis abrigavam um morador reconhecido pelos demais como síndico — blocos K (Moisés), L (Amós), U (Tomé), N (Madalena), H (Mateus) e A (Josimar, Presidente da Associação de Moradores do Relicário). Quatro dos seis síndicos permaneciam desde a primeira eleição realizada no período de formação das “comissões gestoras”, feita pelos técnicos do Trabalho Social do PAC. Dois deles saíram do cargo e foram substituídos por outros moradores: Madalena, que teve seu mandato encurtado devido a um

conflito com um morador; e Tomé, que desistiu da tarefa por achar que estava sozinho à frente das questões do prédio. Alegou falta de colaboração e participação dos demais condôminos.

Desses seis síndicos, somente Madalena disse ter, na época em que estava como síndica, uma estrutura de gestão interna com conselheiros que faziam a fiscalização das ordens de pagamento e do livro do condomínio. No restante dos dezesseis blocos, as pessoas organizavam-se para resolver problemas pontuais, como, por exemplo, a troca de uma lâmpada ou vazamento nas tubulações internas. Porém, segundo muitos moradores, por diversas vezes, nada era feito, até que uma pessoa se prontificasse, individualmente, a resolver a questão. Ao longo da pesquisa, em todas as conversas que tive com síndicos, não identifiquei qualquer ata de reunião ou documento que formalizasse algum encontro ou decisão de cunho coletivo.

A gestão desses blocos foi permeada por conflitos e desconfianças mútuas, entre “condôminos” e “síndicos”. Essa foi uma questão que surgiu em todas as conversas que tive com os síndicos. Tomé, Madalena e Mateus disseram-me que sempre havia uma acusação direta ou implícita sobre a idoneidade de suas condutas à frente dos prédios. Acusações de desvios e apropriação indevida dos recursos arrecadados eram frequentes. Machado-Martins (2016) apontou situação parecida em uma experiência de moradia popular, onde os síndicos se tornaram figuras polêmicas e sempre pairava a suspeita de desvio e/ou má gestão condominial. Os críticos sempre argumentavam que “o valor pago não era revertido em benefício [dos demais], mas incorporado pelo síndico” (Machado-Martins, 2016, p. 207). A percepção mais geral deles e de outros moradores no Relicário era a de que “essa coisa de síndico não deu certo”, frase comum em todas as falas. Quando perguntei sobre o porquê desse “fracasso”, eles apontaram cinco “problemas”, que listo a seguir:

1. A falta de interesse dos demais moradores, deixando os síndicos sobrecarregados — aqui, não só relacionada ao interesse sobre os assuntos, mas no próprio compromisso com a contribuição mensal da taxa condominial. Tomé contou que, no seu período de gestão, a taxa chegou a ser de R\$ 10,00, e mesmo assim ninguém contribuía;
2. A alta expectativa dos moradores sobre a atuação individual dos síndicos, em uma espécie de presidencialismo condominial;
3. As dificuldades de conciliação entre as rotinas domésticas e as obrigações da vida privada com as responsabilidades e tarefas do condomínio;
4. A dificuldade de comunicação entre os síndicos, conselhos fiscais e os demais moradores;
5. A interferência das ordens do “tráfico” nos assuntos do condomínio.

No entanto, mesmo com todas essas questões, as pessoas que se imbuíram da prática e da responsabilidade de gerir os problemas públicos dos blocos, e permaneceram à frente da organização dos prédios, em uma perspectiva mais coletiva da moradia, procuraram adequar

suas condutas às condições impostas pelo contexto. Atuaram no limiar da lógica da ordem condominial e da lógica da ordem histórica da favela. Ao mesmo tempo em que buscavam estabelecer contatos com vereadores e agentes públicos para solucionar problemas internos (como o vazamento de tubulações de esgoto na área de uso comum do terreno), foram orientados por lideranças políticas locais a uma aproximação com o Presidente da Associação Moradores vizinha ao Relicário. Ao mesmo tempo em que demandavam por serviços públicos no local, como o da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) e pela Companhia Municipal de Energia e Iluminação (RIOLUZ), acatavam a presença permanente dos “meninos da marcação”¹², mediando (autorizando ou não) a entrada de qualquer pessoa, grupo ou empresa no Relicário. Na conciliação entre ordenamentos distintos, procuraram aproximar suas ações de síndico ao papel da associação de moradores. Quatro deles — Amós, Tomé, Moisés e Mateus — atuaram nas duas instâncias de representação local, ajustando suas condutas à dinâmica política e social da favela, mas mantendo como princípio norteador a lógica do condomínio como ordenador do espaço.

Desse modo, as condições materiais e simbólicas dos moradores, os arranjos políticos, as práticas sobre espaços que observei no interior do Relicário inscrevem aquele conjunto de prédios na mesma dinâmica de seu espaço externo, ou melhor, no mesmo ordenamento da vida cotidiana do Complexo do Alemão. Alguns desdobramentos da vida no Relicário se expressaram na forma como seus moradores se utilizam dos espaços privados e de uso coletivo, a forma como se relacionam entre si, estabelecem uma relação direta entre os dois lados do muro, entre os espaços internos e externos ao Relicário.

Porém, além da presença dos “meninos da marcação”, havia também uma série de outros aspectos que pareciam dissolver os muros simbólicos que separavam o Relicário do restante da favela. Construções de barracos no interior do terreno, as crianças nas disputas de pipas no céu, o futebol descalço no asfalto, a intensa circulação e permanência de familiares, amigos e pessoas “de fora” no interior, a música alta nas biroscas etc. formavam um conjunto de “práticas espaciais” que impunham de forma categórica as rotinas de vivência da favela dentro do Relicário.

Todavia, entre todas as práticas e mudanças que pude constatar, o que, de fato, mais me chamou a atenção foi o processo contínuo de ocupação privada dos espaços livres¹³ dentro do

12 Entendia-se no local por “marcação” a ação de jovens que atuavam basicamente como “olheiros” dentro do Relicário. Os olheiros são aqueles dentro da estrutura organizacional dos grupos armados que controlam os territórios das favelas, responsáveis pela observação de quem entra e sai das comunidades e/ou de seus espaços internos, como um conjunto habitacional.

13 O termo “espaço livre” foi recorrentemente utilizado pelos meus interlocutores durante o processo de pesquisa para representar um local “ocioso”, ou seja, sem utilização no momento da observação, mas carregado de significados passados, presentes e desejos futuros. O termo utilizado no Relicário aproxima-se do que Meneguello

Relicário. No entanto, percebi que essa não era uma prática restrita àquele espaço “condominial”: em diversas partes das favelas do Complexo do Alemão o processo de ocupação e construção em pequenos pedaços de terra inutilizados, ou até mesmo de locais com uso definido (como parquinhos infantis), é prática permanente. Desse modo, tal prática dentro do Relicário o inseria no mesmo ordenamento espacial do Complexo do Alemão. A questão evidenciava que as transformações no interior dos “predinhos” estavam fora da regulação dos síndicos/associação de moradores do Relicário. Quem define quem, onde e quando pode se construir na favela é o “tráfico”. O Relicário era o Complexo do Alemão.

OCUPAÇÕES DOS ESPAÇOS E O DESMANCHE DEFINITIVO DO “CONDOMÍNIO”

O conjunto Relicário foi construído sobre um terreno de grande extensão, onde os vinte e dois blocos de apartamentos estão conjugados com grandes áreas livres, sejam elas construídas (no caso dos galpões) ou não construídas (os espaços livres), mantidas no projeto arquitetônico como espaços de uso comum sem definição clara sobre suas destinações (com exceção dos parquinhos infantis e da academia/espaços de ginástica). Ao longo da pesquisa, ouvi diversas vezes de meus interlocutores que um espaço sem uso não poderia “ficar parado”. Era sempre preciso “fazer alguma coisa com ele”. Paulo mesmo, toda vez que parávamos para conversar sobre alguma possibilidade de trabalho e geração de renda (ao longo da pesquisa, Paulo esteve desempregado ou sem trabalho definido inúmeras vezes), dizia que gostaria de pegar um galpão vazio e “montar um negócio” ou “fazer um projetinho para o pessoal mais carente”. Tal perspectiva sobre os espaços livres tornou-se uma questão central nos processos relacionais que formam o cotidiano do Relicário, pois passaram a expor expectativas e representações muito dissonantes entre os atores residentes desse conjunto residencial sobre os mesmos locais. Consequentemente, sobre seus usos e fins.

Em um contínuo processo de desmanche sobre as expectativas de formação de um enclave, com o passar do tempo, diversas partes desse terreno passaram a ser ocupadas e utilizadas de maneira privada, com construções e instalações comerciais, gerando uma série de efeitos nas relações entre os moradores e sobre os arranjos internos dentro do Relicário. Os espaços livres

(2009) denominou como “vazios urbanos”: prédios abandonados, ruínas de antigas construções industriais, terras abandonadas etc. que carregam significados compartilhados por uma certa memória urbana construída socialmente ao longo do tempo.

passaram a ser objeto de disputas não só pelo seu valor de uso, mas também como meio de ordenação e representação da vida social do lugar. Um galpão vazio utilizado pela Associação de Moradores representava para seus membros a possibilidade de gerar recursos próprios em nome de uma organização coletiva e compartilhada do espaço entre todos os moradores. Esse mesmo galpão, quando utilizado para fins privados por uma pastora evangélica, representava a apropriação indevida do espaço coletivo, a permanência da “bagunça” e da interferência do tráfico sobre a organização interna. Ter barracos construídos no interior do terreno, acreditavam alguns moradores, desvalorizaria seus imóveis. Amós, morador e síndico do Bloco L, disse-me em uma ocasião: “rapaz, esse negócio aí desses barracos não tá fácil não. Daqui a pouco esse lugar aqui não tá valendo nada! Meu apartamento, se um dia eu quiser sair daqui, não vou conseguir nada nele.” Por outro lado, como afirmou Seu Pedro, um “barzinho” era a possibilidade de fazer uma “putada boa” (festa), evidenciando a busca por momentos de lazer e diversão.

Esses espaços vazios de uso comum têm um caráter público, pois, como mencionei anteriormente, as vias internas do terreno caracterizam-se como logradouros públicos. Assim, ao mesmo tempo em que se configuram como um lugar de interação e das relações, e que, em última instância, possibilitam o desenvolvimento e a consolidação de uma certa ideia de vida comunitária — aqui, no sentido da construção, de apropriação e de compartilhamento de valores e crenças comuns que tornam indivíduos pertencentes a um determinado grupo social —, são também um lugar das disputas, de embates, de acordos, “da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política” (Serpa, 2007, p. 9). Desse modo, esses espaços são tanto objeto de desejo quanto uma esfera de atuação de atores que conflitam a todo instante entre a dimensão pública e a dimensão privada de suas necessidades e interesses sobre eles. Assim, os espaços livres de uso comum, eminentemente públicos, também podem ser entendidos como uma espécie de “arena pública” (Cefaï, 2002) na medida em que se formam como esfera de atuação dinâmica dos atores, um “lugar de combates e cena de realizações (performances) dos atores empiricamente fundado” (Cefaï, 2002, p. 3).

A maneira pela qual os espaços livres de uso comum passaram a organizar-se no Relicário tornou-se central na pesquisa: as ocupações e construções improvisadas mostravam-se, em parte, como reflexos das práticas espaciais de um grupo social. Além disso, essas organizações expunham um “modo de vida” ou uma “maneira de agir” relacionados diretamente com os meios disponíveis de produção e reprodução dos cotidianos dos moradores do Complexo do Alemão, marcados, historicamente, pelas condições impostas pelas desigualdades nos acessos aos bens e aos serviços que estruturam a vida na cidade; desigualdades sociais e econômicas, características de sociedades de capitalismo tardio. Em *A Ideologia Alemã* (1996), Marx apresenta sua perspectiva sobre o que entende sobre “modo de vida” e que, em grande medida,

ajuda na reflexão que me proponho a fazer:

[...] o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado *modo de vida* dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (Marx, 1996, p. 27-28, grifo do autor).

Considerando os processos de ocupação sob uma perspectiva histórica, podemos identificar que esse “modo de vida” carrega as marcas das condições materiais e simbólicas de um determinado grupo social que sobrevive à lógica excludente das políticas de desenvolvimento e reformas urbanas, principalmente, à lógica relacionada às intervenções do poder público sobre os espaços de moradia de trabalhadores e grupos sociais em condição de pobreza. Cabe relembrar que o perfil da maior parte das famílias que se mudaram para esse e para os demais conjuntos residenciais, construídos pelo PAC-Favelas, foi formada, em sua grande maioria, por pessoas em condição de desabrigio domiciliar, estando, algumas delas, em condição de pobreza extrema¹⁴. A disposição para ocupar também estava relacionada com uma série de reivindicações locais que, historicamente, não foram atendidas satisfatoriamente pelas ações públicas de governos e/ou entidades privadas. De maneira muitas vezes improvisada, a busca por atendimento dessas necessidades decorreu da própria ação da população local, principalmente, quando relacionadas à busca por fontes de geração de renda, por lugar de moradia, por sensação de segurança e por espaços de lazer.

Além disso, tais ocupações reforçavam também a indicação de que havia uma forma de organização do espaço “por fora” que tanto incorporava a favela aos “predinhos” quanto inseria o “condomínio” na favela. Ao mesmo tempo em que as necessidades e os desejos de seus moradores reconfiguravam aqueles espaços condominiais — outrora planejados por arquitetos e urbanistas contratados, com parâmetros de uma ordem da moradia distante e estranha àquelas

14 A pobreza extrema pode ser entendida como o alto grau de precariedade de acesso a uma série de itens fundamentais para existência de uma pessoa em qualquer sociedade. Itens como água potável, saneamento, alimento, moradia e renda são alguns dos itens que compõem o conjunto de bens básicos necessários para o estabelecimento de uma vida digna. Nas últimas décadas, as agências internacionais, como Banco Mundial, a ONU-Habitat, FAO, entre outros, têm tido um papel relevante na definição de metas a serem atingidas por nações em desenvolvimento, bem como na formulação de indicadores que auxiliam no monitoramento das ações de correção da pobreza. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que trabalha com dados indicadores de escolaridade, renda e longevidade, e o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade com base na renda, estão entre os instrumentos adotados e usados por diversos setores governamentais para o acompanhamento das metas especificadas.

pessoas —, revelavam também um tipo de regulação baseada em ordens postas e compartilhadas entre os “de dentro” e os “de fora”.

Cada vez que chegava mais perto do limite entre os espaços de dentro e os espaços de fora do Relicário, percebia como suas fronteiras eram porosas e complexas. Por exemplo, ainda que a ordem dessas ocupações passasse pelo “tráfico de drogas”, conforme fica evidente nas seguintes palavras de Paulo: “Quem decide são eles, é ele. Tem gente que gosta, tem gente que não gosta, mas é assim, a regra é essa. Tem que respeitar”, o dia a dia dos moradores, dentro do conjunto, não estava tão marcado pela tensão permanente de conflitos armados e de tiroteios, tal como ocorre em outras áreas do bairro, principalmente, nas favelas localizadas no interior do Complexo do Alemão, próximas à Serra da Misericórdia.

Por mais que as regulações internas tivessem o peso das decisões do tráfico local — como veremos mais à frente —, percebia, na rotina dos moradores, um certo ar de “tranquilidade”. Como dizia Josué, “Aqui é mais calmo, mais tranquilo, tá ligado? Não é essas mil maravilhas, mas é muito melhor que lá pra cima. Lá o bicho pega”. De fato, pouquíssimas vezes presenciei a circulação de policiais dentro do Relicário e nenhuma troca de tiros. No entanto, aquela “tranquilidade” que marcava aparentemente a sociabilidade no Relicário, tornavam veladas as tensas relações entre moradores, grupos armados, polícia e agentes políticos, sob um regime misto de silenciamentos e “lutas” por ressignificação das identidades e das representações tanto pessoais quanto do espaço vivido.

As interpretações sobre as condutas internas e as ocupações dos espaços livres foram internamente divergentes. A crítica ou apoio estavam relacionados com o que entendiam como “o modo de vida da favela” no Relicário. Críticos às ocupações e às construções, mas também à presença de grupos armados no Relicário, o grupo de síndicos e a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Relicário passaram a interpretar esses aspectos como a continuidade da favela dentro do “condomínio” ou, poderíamos dizer, com Machado da Silva (2002), “a continuidade do problema favela” em suas vidas.

Muitos espaços vazios no interior do Relicário passaram a ser ocupados de maneira individual — ou seja, com um caráter privado do espaço comum. Passaram a representar esse processo como a “favelização dos condomínios”, em seu sentido mais negativo, associando moralmente, em seus discursos, os espaços de origem (favela) a um tipo de comportamento reprovável e incompatível com o novo espaço (condomínio). Expressões do tipo “o morador sai da favela, mas a favela não sai do morador” ou “essa cultura da favela tá entranhada nas pessoas” passaram a subsidiar as falas críticas daqueles que viram no “condomínio” as possibilidades de se construírem novas rotinas de vida, que teriam princípios de ordenamento distintos dos da favela. Aqui, a perspectiva da legalização e formalização de diversas instâncias da vida pautou a crítica ao que entenderam como a continuidade da “bagunça”. “Um condomínio não

pode ter um barraco no meio do terreno, mano. Vira bagunça!”, dizia-me Josimar, síndico do Bloco A e Presidente da Associação de Moradores do Relicário. Além disso, percebiam que o movimento de ocupação inseria, definitivamente, o Relicário no ordenamento da favela, aqui associada às imposições e às regulações do tráfico sobre o espaço interno. Logo, tais práticas de ocupação foram interpretadas como algo em profunda discordância com a proposta de moradia apresentada ao longo da implementação do PAC-Favelas, no Complexo do Alemão.

Porém, sob o ponto de vista daqueles que ocupavam e mantinham seus barracos para gerar renda ou simplesmente criar um espaço de lazer e encontro entre vizinhos, amigos e clientes, “era assim mesmo”, como afirmava Seu Pedro. Para ele, “se tá parado e as pessoas precisam, tem que ocupar e construir”. No entanto, de fato, os moradores que queriam construir submetiam-se às ordens impostas pelo tráfico. A principal delas era, antes de construir, pedir a autorização ao “patrão”, ou seja, ao chefe da boca. Tal perspectiva da ação reforçava a crítica dos opositores, que estabeleciam a relação direta entre tráfico e barracos, tudo o que fugia ao ordenamento do tipo condonial, vislumbrado como mecanismo de mudança.

Desse modo, todas as interpretações e ações divergentes sobre o espaço de vivência do Relicário relacionavam-se com as diferentes expectativas, bem como com as distintas condições da vida cotidiana das pessoas em sua nova moradia. Enquanto, por um lado, havia um grupo que ainda vislumbrava o Relicário como a possibilidade de um dia tornar-se um “condomínio fechado”, com a justificativa de se instaurar um outro tipo de ordenamento interno do espaço, outros moradores reiteravam a lógica da vida no interior das favelas, condicionados pelas suas necessidades e desejos históricos no cotidiano da vida na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo esse mosaico de significados em disputa, ficou evidente que a expectativa sobre um possível enclave foi só um projeto externo, que gerou expectativas, mas que se desmanchou por completo. Consequentemente, o que ficou como resultado para análise foram os desdobramentos da “derrota” do “condomínio fechado”. No entanto, a intenção aqui não é fazer uma defesa ou apontar para uma suposta “vitória” da favela sobre o “condomínio”, mas, antes de tudo, evidenciar a “diferenciação e a coexistência de duas ordens legítimas disputando âmbitos da vida social”, como aponta Machado da Silva (2016, p. 179), e que vão se ajustando à medida que as necessidades e as possibilidades se colocam para todos. O resultado dessa correlação de forças no cotidiano do conjunto Relicário foi, justamente, a configuração de coexistência de ordens sociais e territoriais que passou a orientar *o modus operandi* da rotina de

organização interna do conjunto residencial.

Assim, o que eu defendo aqui é que esse conjunto de prédios pensados e formulados de fora para dentro — e aqui não só o Relicário, mas muito provavelmente em outros conjuntos de prédios erguidos pelo PAC/PMCMV — vem consolidando-se, ao longo do tempo, como um espaço de tensão e disputas entre pessoas e grupos com visões e expectativas divergentes sobre a organização da vida cotidiana. Consequentemente, os ordenamentos distintos e concorrentes — o condominial e o da favela — passaram a se estabelecer de maneira negociada, amparando expectativas e desejos distintos em um *regime de ordenamentos ajustados*. A moradia dos conjuntos residenciais do PAC construídos na favela passa a materializar e simbolizar o espaço de ruptura de uma suposta ideia de unidade de ordenação social baseada exclusivamente na legitimidade da ordem institucional-legal da vida cotidiana, como indicara Machado da Silva em alguns de seus trabalhos (2004a, 2004b, 2016). Logo, as expectativas de uma institucionalidade condominial e as rotinas das favelas passam a coexistir em arranjos de disputas e negociações permanentes materializando e simbolizando o novo modo de vida no espaço urbano.

Para esse momento, o que eu busco evidenciar é a força operativa das rotinas da favela sobre os conjuntos residenciais do PAC, esses apresentados outrora como meio para a “nova vida”, a partir de um conjunto de procedimentos e instrumentos formulados de fora para dentro, para a ressignificação da vida simbólica e material. Considerar o ordenamento da favela dentro do Relicário implica o reconhecimento da relevância dos grupos de poder armados nos processos de decisão e de regulações territoriais, mas também envolve reconhecer práticas rotineiras que, apesar de heterogêneas e complexas, podem ser reunidas naquilo que Cavalcanti chamou de “favela consolidada” (2009, 2013).

Como consequência, com a consolidação das favelas, as dualidades da vida urbana — a ilegalidade e a legalidade, a informalidade e a formalidade, a provisoriação e a permanência, por exemplo — vão relacionar-se no limiar das fronteiras que as separam, tornando tenso e problemático o discurso que delimita o asfalto e a favela na cidade. Assim, a composição espacial que vai se materializar e ser reproduzida ao longo do tempo será a da coexistência de diferentes ordens de relações e estruturas sociais. Nesse processo de constituição de um novo espaço de moradia na cidade como o conjunto Relicário, o que se configurou como resultado possível foram as “múltiplas espacialidades coexistentes”, ou seja, “uma relação de acomodação e de coexistência entre ordens sociais ou princípios de interação distintos [e que] nos leva a uma indagação sobre a relação entre essas múltiplas espacialidades” (Cavalcanti, 2008, p. 38-39).

Assim, a chegada aos apartamentos do PAC representou um novo momento: uma moradia na cidade diferente quando comparada com os barracos no alto das favelas. Sendo a casa o limiar entre a circulação e a imobilidade de sua representação física no espaço, é ela quem possibilita partirmos de um lugar para qualquer outro. Uma referência, o lugar de onde

se vem e aonde se vai. Nesse sentido, o apartamento do PAC proporcionou a melhoria da vida quando comparadas às suas casas e às condições passadas. No entanto, os limites para um novo cotidiano, o estabelecimento de novas relações de organização, compromisso e solidariedade passam pelo exercício de novas práticas e costumes. Um esforço hercúleo para ajustar ordenamentos e moralidades tão distintos que ainda estão em pleno processo de conformação.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Mauricio. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Jorge Zahar Editor, 1987.
2. BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
3. BURGOS, Marcelo. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. X-X.
4. CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: EdUSP, 2003.
5. CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 35-59, 2008.
6. CAVALCANTI, Mariana. Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009.
7. CAVALCANTI, Mariana . À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 191-228, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7424>. Acesso em: 25 set. 2025.
8. CEFAÏ, Daniel. "Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste". In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, Isaac (coord.) **L'heritage du pragmatisme**. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2002. p. 51-81.
9. CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002a. p. 17-62.
10. CLIFFORD, James. Sobre a alegoria etnográfica. In: CLIFFORD, James. **A experiência**

etnográfica: antropologia e literatura no século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002b. p. 63-99.

11. CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **Minha casa, suas regras, meus projetos:** gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
12. EL-KAREH, Almir. “Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX”. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). **150 Anos de Subúrbio Carioca.** Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010. p. 19-56.
13. FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio:** Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
14. FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (org.). **Teoria crítica no século XXI.** São Paulo: Annalume, 2007. p. 113-139.
15. GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 3-24.
16. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.
17. GONCALVES, Rafael Soares. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. **Estud. av.,** São Paulo, v. 23, n. 66, p. 237-250, 2009.
18. GONCALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro – história e direito.** Rio de Janeiro. Pallas. Ed. PUC-Rio, 2013.
19. KAUFMANN, Jean-Claude. **L'entretien compréhensif.** Paris: Ed. Nathan (col. 128), 1996.
20. KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979
21. KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos.** São Paulo: Editora 34, 2000.
22. LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
23. LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Tradução não oficial de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [Brasil, s. l., 2006?]. [do original: La production de l'espace. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000].
24. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
25. LEITE, Márcia Pereira. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social,** Rio de Janeiro, v.7, n. 4, p. 625-642, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v7.n.4.7270>. Acesso em: 25 set. 2025.
26. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “problema da favela”. In:

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **CIDADE: Histórias e Desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 220-237.
27. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan/jun. 2004a.
28. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio, FRIDMAN, Luis Carlos (org.). **Rio: a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: Ibáse, 2004b. p. 33-44
29. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). **Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 35-46.
30. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana: representação de uma ordem social. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016a [1976]. p. 176-186
31. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Urbanização x remoção. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2016b [1976]. p. 70-83
32. MACHADO-MARTINS, Maíra. Conflitos na moradia popular informal: observações sobre a transformação dos “condomínios populares” da avenida Brasil. In: CUNHA, Neiva Vieira; FREIRE, Leticia de Luna; MARTINS-MACHADO, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (org.). **Antropologia do conflito urbano: conexões Rio-Barcelona**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. p. 201-212.
33. MARCUS, George. Entidades passadas, requisito e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 34, p. 197-221, 1991.
34. MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: the Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annu. Rev. Anthropol.** [s. l.], p. 95-117, 1995.
35. MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 10. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
36. MENEGUELLO, Cristina. “Espaços e vazios urbanos”. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.). **Plural de cidade: léxico e culturas urbanas**. Coimbra: CES: Almedina, 2009. p. 127-138.
37. MENEZES, Palloma. **Entre o “Fogo Cruzado” e o “Campo Minado”**: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
38. MIYASAKA, Cristiane Regina. **Viver nos subúrbios**: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de

- Cultura; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.
39. OLIVEIRA, Bruno Coutinho de Souza. **Políticas Públicas e Participação Popular na implementação do PAC Social no Complexo do Alemão, RJ.** 2011. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
 40. QUINCHÍA, Roldán Suly María. **Discurso, ideología y poder en la producción de ciudad:** un acercamiento a la práctica discursiva del urbanismo social en la ciudad de Medellín, 2004-2011. 2011. Tese (Magister en Estudios Urbano-Regionales) – Escuela de Planeación Urbano-Regional, Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional de Colombia, Medellín, 2011.
 41. SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.
 42. SILVA, Maria Lais Pereira da. A Favela e o Subúrbio: associações e dissociações na expansão suburbana da favela. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (org.). **150 anos de subúrbio carioca.** Rio de Janeiro: Lamparina; Niterói: EdUFF, 2010. p. 161-186.
 43. TRINDADE, Claudia Peçanha. “**Não se faz omelete sem quebrar os ovos**”: política pública e participação social no PAC Manguinhos - Rio de Janeiro. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
 44. VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se Uma Casa:** análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
 45. VALLADARES, Lícia do Prado. A propósito da urbanização de favelas. **de Estudos Regionais e Urbanos**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, aio, 1981.
 46. VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela. Do mito de origem a favela. com.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.
 47. ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (org.). **Um século de favela.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7-24.

Bruno Coutinho de Souza Oliveira

Pesquisador de Pós-doutorado no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9499-6747>. E-mail: brunocoutinho@letras.ufrj.br